



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº. 88 - Aos vinte três dias do mês de abril de 2009, reuniram-se na sede do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, situado na Rua Artur Machado, nº. 553 - Casa dos Conselhos, às 14h20min horas, os Conselheiros membros e convidados, para realização de uma reunião extraordinária, a fim de se discutir a seguinte pauta: 1) abertura; 2) Leitura da ata de 87; 3) aprovação do demonstrativo físico e financeiro do Governo Estadual e Federal; 4) Pedido de renovação do Conselho de Participação e Integração da Comunidade AFROBRASILEIRA; 5) Informes: 5.1 – Parecer da Comissão – Hospital Beneficência Portuguesa; 5.2 – Parecer Jurídico da SEDS – Banco de Alimentos; 5.3 – Parecer dos conselheiros sobre o encontro em BH – VII COMASU; 5.3.1 – VII COMASU - Conferência Municipal – Montar Comissão; 5.3.2 – Resolução nº. 227/2009 – CEAS/MG; 5.4 – Readequação do Plano de Trabalho; 5.5.1 – OÁSIS; 5.5.2 Lar Fabiano de Cristo; 6) Encerramento. Após verificação de quorum, a reunião foi aberta pela Presidente do CMAS, Sra. Maria Thereza Rodrigues da Cunha, que iniciou anunciando a presença de estudantes do Serviço Social da UNIUBE na presente plenária. Após, Sra. Presidente solicitou a 1ª secretária do CMAS, Cristiana da Silva, procedesse à leitura da ata nº. 87 da última plenária. Lida a ata e colocada em regime de votação, houve aprovação por todos, após considerações do conselheiro Antônio Eustáquio Pereira. Dando seqüência á pauta, foi dada a palavra á Márcia Jerônimo, para explanação sobre Demonstrativo físico e financeiro do Governo Estadual, referente ao ano 2008. Márcia destacou que o formulário foi preenchido por Cristina Paranhos, que é responsável por essa área. Segundo Márcia, os dados cadastrais seguem o mesmo sistema SUAS/WEB tais como identidade do contemplado, que incluem CNPJ, nível de gestão, responsável legal, dentre outros. Também devem ser preenchidos dados referentes ao Órgão Gestor da Assistência Social. Os recursos próprios alocados são dão ordem de R\$ 137.000,00 (Cento e trinta e sete mil reais), sendo informado que a Resolução correspondente é nº. 33/08 e o número do Plano de Serviço é 48399. Márcia frisou que, quanto ao serviço de proteção social básica não há registro porque não existe registro do Estado. Referente ao serviço de atenção ao migrante (serviço de proteção social especial) houve os seguintes recursos: R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais) (recursos financeiros transferidos pelo FEAS). R\$ (14.182,71 (Quatorze mil cento e oitenta e dois mil e setenta e um centavos) recursos financeiros gastos no âmbito do SUAS referente ao co-financiamento estadual). R\$ 538,02 (Quinhentos e trinta e oito reais e dois centavos) rendimentos de aplicações, R\$ 8.855,31 (Oito mil oitocentos e cinqüenta e cinco reais e trinta e um centavos) saldo financeiro aprovado no exercício. O Público composto por jovem, idoso e família, sendo a meta pactuada 570 e a executada 1678. Márcia acrescentou que no formulário foi colocado o seguinte comentário do Gestor: “De acordo com o cronograma de desembolso, a primeira parcela foi em junho de 2003”. Devido período eleitoral, dentre outras razões, os processos de compra ficaram prejudicados, que gerou um saldo de recursos disponibilizados pelo FEAS, que, porém, estão com seus processos em andamento. Vale ressaltar que o Município de Uberaba já prestava esse serviço antes do pactuado com o Estado, o que justifica o alto número de pessoas atendidas, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2008. “Cristina disse não foi possível atualizar os dados cadastrais quanto ao endereço da SDES e do CMAS, porem foi enviado um e-mail ao setor responsável, para que proceda as correções referidas”. Cristina Paranhos acrescentou que isso não impede que os conselheiros deliberem sobre o demonstrativo estadual e que Estado promoverá mudanças em seu sistema. Foi

colocado que os conselheiros Neusa, Cristiano e Tadeu tiveram oportunidade de acompanhar o preenchimento do formulário e assinarem o documento. Claricinda colocou que se não houve recurso para prevenção-recurso para o serviço de proteção social básica seria pelo fato de o Estado ter fornecido pouco ou porque os municípios ou CMAS não buscaram verbas. Márcia Jerônimo respondeu que acredita que agora o Estado está assumindo sua co-responsabilidade e que até o ano passado foi fornecido pouco. Márcia destacou que no processo de socialização, a expectativa é que a SEDESE libere mais verbas para 2009. Em seguida foi colocado em votação e aprovado por unanimidade o demonstrativo físico e financeiro do Governo Estadual. A conselheira Claricinda ressaltou que, após análise da comissão e da fala da Márcia Jerônimo, entende não haver impedimentos para se votar favoravelmente. Após, Márcia fez considerações sobre o demonstrativo federal relativo ao ano de 2008. Conforme dito por Márcia, os dados podem ser atualizados, corrigidos pelo sistema, diferentemente do Estado, através do qual não foi possível alterar o endereço. A técnica da SEDS detalhou informações sobre a execução financeira que diz respeito à proteção social básica e a proteção social especial, incluindo valores correspondentes ao piso básico de transição, piso básico fixo, piso básico variável, projuvem adolescente, proteção social básica, bolsa Agente Jovem, piso de alta complexidade I e II, piso de transição de média complexidade, piso fixo de média complexidade, serviços sócio educativos do PETI, bem como números de atendimentos e demais dados relevantes. Márcia apresentou planilha contendo os valores recebidos e gastos pelos Fundos, em 2008, quais sejam: FNAS – recebido R\$ 1.134.046,58 (Hum milhão cento e trinta e quatro mil e quarenta e seis mil e cinquenta e oito centavos), gasto R\$ 1.355.189,95 (Hum milhão trezentos e cinquenta e cinco mil cento e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos); FEAS recebido R\$ 64.580,00 (Sessenta e quatro mil quinhentos e oitenta reais) gasto R\$ 19.386,75 (Dezenove mil trezentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos). FMAS recebido R\$ 15.258.708,00 (Quinze milhões duzentos e cinquenta e oito mil reais) gasto: R\$ 10.798.986,22 (Dez milhões setecentos e noventa e oito mil novecentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos). Márcia explicou que houve um gasto maior no caso do FNAS, que só foi possível porque houve um rendimento da ordem de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), já que o dinheiro não ficou “parado” no banco, ou seja, há juros acrescidos, além do que existia um saldo acumulado de demonstrativos anteriores. Em resumo, o montante de R\$ 1.355.189,95 (Hum milhão trezentos e cinquenta e cinco mil e cento e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos) corresponde ao valor recebido, mais rendimentos e saldo anterior. A técnica da SEDS também discursou sobre os recursos utilizados em 4 (quatro) unidade dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. O Vila Paulista foi ampliado, sendo construídas duas salas e um banheiro para funcionários. Segundo ela, a intenção agora é construir muro para que esse tenha mais segurança e privacidade. O orçamento para o fechamento da unidade com alambrado, incluindo muro na lateral, ficará em R\$ 11.000,00 (Onze mil reais) e já tem previsão orçamentária. No CRAS do Morumbi, a ampliação é de mais uma sala de 75,00m², que também é sugestão do MDS. Há também previsão de ampliação do CRAS do Boa Vista. No Residencial 2000, em virtude do processo de ressocialização a SEDS já conseguiu a Casa ao lado e dos fundos, para ampliação. As famílias serão remanejadas das casas, para que a ampliação. As famílias serão remanejadas das casas, para que a ampliação em questão possa ser executada. Márcia salientou que se faz necessário um banheiro com adaptação do imóvel, pois como se encontra atualmente não há acessibilidade, a porta é estreita e a rampa não obedecem às normas técnicas. Segundo ela, parte dos equipamentos foi adquiridos com os recursos reprogramados que passaram pelas plenárias. Após explicações de Márcia Jerônimo, a conselheira Claricinda fez a seguinte interpretação da planilha apresentada: Recurso FNAS, gastou-se mais porque havia saldo; Recurso FEAS-gastou-se menos, pois existem processos tramitando, verba do migrante e projeto de ressocialização do Residencial 2000, Recursos FMAS-esperava-se uma receita,

mas essa foi menor. Mariângela colocou que foi retirado recurso das creches, de uma área já estruturada, para coloca em outra, no caso os CRAS, por exemplo, ainda em fase de estruturação. A pedagoga Claudia Cristina esclareceu que houve uma determinação de não se destinar recursos às creches por meio do CMAS, pro ser tratar de educação infantil. Sra. Presidente destacou que o atendimento nos CRAS é diferenciado. Mariângela salientou que temos que construir com o que esta instalado valorizando as instituições e que seja elaborado um Plano Municipal de Assistência Social, urgentemente. Claricinda disse que ainda tem dúvidas sobre o Orçamento. Sra. Presidente frisou que orçamento é um planejamento, uma previsão. O de 2008, por exemplo, foi aprovado em 2007 e no intervalo de um ano para outro, muita coisa pode acontecer. Sra. Maria Thereza disse que não sobra orçamento, é feito um planejamento, o que é diferente de repasse. Em se tratando de orçamento é possível de um ano para outro se escolher o que, com o que se vai gastar, ou se não vai gastar, dentro das possibilidades. A Conselheira Mariângela também acha que a diferença de valores do FMAS é muito grande e que a comissão montada é para analisar apenas questões referentes ao SIM e não aos valores de recursos federais. Gicele Gomes comprometeu-se a enviar, por e-mail, a todos os conselheiros, a senha para que possam acessar o sistema e terem acesso às informações no site do MDS. Logo após, foi colocado em votação demonstrativo físico-financeiro do Governo Federal, havendo aprovação por unanimidade. Dando seqüência à pauta, foi das à palavra à pedagoga da SEDS, Claudia Cristina, a fim de que fosse novamente discutido o pedido de renovação de inscrição do Conselho de Participação e Integração da Comunidade AFROBRASILEIRA. Claudia disse que entrou em contato com a Prf Silvana Elias, que disse não ter conhecimento sobre quais são os critérios para o recebimento da verba e que o recurso irá passar a conta do Município, para a construção da SEDE. Cláudia também entrou em contato com o Gabinete do Deputado Paulo Piau e foi informada que o deputado Paulo Piau também não tem a normativa ou os critérios para o recebimento da referida verba, porém acredita que será necessário a inscrição. A Pedagoga acrescentou que a verba é proveniente do Ministério dos Transportes. A Conselheira Neusa colocou que se o Município irá receber a verba, terá que fornecer contrapartida, a qual deve estar prevista no orçamento de alguma Secretaria, que ela deduz se de Esporte e Lazer. Entende, também, que a prestação de contas caberá ao Município. Sra Presidente lembrou a situação do Conselho AFRO para Claricinda, que não estava presente na última plenária. O conselheiro Claiton acredita que as atividades do Conselho AFRO foram encerradas a muito mais tempo, tendo em vista que o CENEG e o ELITE Clube estão desativados há bastante tempo e foram os locais citados pelo Presidente do Conselho, em plenária passada, onde algumas atividades eram desenvolvidas. Sra Maria Thereza argumentou que essa discussão cabe ao CMAS, porque o deputado tem autonomia para destinar verba a quem quiser e que o CMAS compete decidir se a inscrição será ou não renovada. Claricinda disse que talvez fosse melhor liberar agora salientando, que no decorrer do ano, a entidade deverá desenvolver ação social continuada. Gicele frisou que, no próximo ano podemos ter o mesmo problema. Eide comentou que os conselheiros devem se atentar para que não seja fornecido um certificado a uma entidade que não pratica assistência social, sendo que muitas instituições estão passando por uma situação difícil. Além disso, ressaltou o próprio presidente do Conselho AFRO afirmou não desenvolver ação social hoje. Eide completou que essa emenda do Deputado Paulo Piau ainda não esta disponibilizando a verba e que existe um receio de que, ate ser liberado o recurso outros sejam buscados com o certificado do CMAS. Sra. Maria Thereza fez uma proposta já que a verba ainda não esta disponível, que seria estudar melhor o caso, deixar o pedido suspenso, para que não seja tomada nenhuma decisão injusta. A Proposta da Sra. Presidente foi acatada por todos. A Conselheira Neuza sugeriu que seja elaborada uma normativa, assim como registrado na ata da plenária passada, afim de que se tenham critérios para análise de pedidos de Centros Espiritas, Terreiros de Congados e Conselhos Afros. Dando seqüência à pauta, foi abordado o assunto sobre o Banco de Alimentos. A

Conselheira Claricinda sugeriu a emissão de certificado com a ressalva de que é apenas para o Banco de Alimentos, sendo dito pela Sra. Presidente que não pode ser feito dessa forma. A assessora jurídica da SEDS colocou que obteve resposta do MDS sobre o Banco de Alimentos, após ter enviado e-mail com questionamentos. Na mensagem foi colocado que a clientela do Banco de Alimentos compõe-se de entidades privadas sem fins lucrativos. Mais informações está disponível na cartilha sobre o Banco de Alimentos, basta acessar o site do MDS. Ressalta-se que o art. 5º da Resolução 124/06 também dispõe sobre os documentos que são necessários para a inscrição em discussão, quais sejam: Estatuto, CNPJ e ata aprovada. Eide entende que devem ser feitas visitas constantes para fiscalização quanto à otimização dos alimentos. Sra, Presidente acrescentou que para o MDS a otimização dos alimentos. Sra. Presidente acrescentou que para o MDS a otimização é mais relevante do que o desenvolvimento da ação social. Mariângela disse que o MDS fala sobre certificado expedido pro Conselho de Políticas Públicas, isto é, não precisa ser necessariamente o CMAS, podendo ser o Conselho de Segurança Alimentar ou o COMDICAU, por exemplo. Destacou ainda que, pode ser que o CONSEA exija menos critérios. Sra. Maria Thereza colocou que não se deve ir contra uma determinação federal. Sr Antonio Eustáquio comentou que faz parte do CONSEA, porém nunca foi chamado para reunião, tampouco sua nomeação foi publicada, o que leva a crer que esse conselho não está estruturado. Sra, Neuza afirmou que a preocupação é que com esse registro, as entidades que não são de assistência social possam pleitear verbas. Sra. Presidente entende ser interessante abrir a discussão com o CONSEAS ou trabalhar em parceria, como ocorre com o COMAD, em casos específicos Sra. Maria Thereza sugeriu que seja chamado representantes do CONSEA e COMDICAU, para participarem da próxima plenária e discutirem o assunto. Sra. Presidente destacou que os conselheiros devem ficar atentos para não prejudicarem essas entidades, que trabalham com atendimento a pessoas e enquanto não foi definido nada, o CMAS não pode desampará-las> Gicele colocou que as pessoas que representam os centros espíritas não têm essa mentalidade de sair captando recursos com o certificado. Todos os conselheiros concordaram em de montar uma comissão para analisar documentos e discutir o assunto. A referida comissão ficou assim constituída: Cláudia, Eide, Neusa, Claiton, Márcia Jerônimo e Maria Thereza. Em seguida Eide procedeu a leitura da ata referente à visita e conversa da comissão com representantes do Hospital Beneficência Portuguesa. No documento é relatado que já foi constatado que a entidade desenvolve ação social continuada. Após, o parecer da comissão foi colocado em votação e aprovado por todos os conselheiros presentes. Dando prosseguimento à pauta, foi montada comissão pra trabalhar na Conferência Municipal de Assistência Social que ficou formada pelos seguintes conselheiros: Mariângela, Claricinda, Antonio Esutaquio, Cristiano, Sandro Rocha, Eide, Gicele, Luis Guilherme, Mônica, Tadeu, Valéria e Emerenciana. Sra. Presidente acrescentou que os técnicos da SDES serão indicados oportunamente. Gicele ficou encarregada de organizar a reunião que será realizada entre os técnicos e os membros da Comissão, para elaboração de parecer sobre a Conferência, bem como discutir a Resolução nº 227/09. Sra Maria Thereza solicitou às universitárias do Curso de Serviço Social da UNIUBE, presentes nessa plenária, que ajudem na organização da Conferência. Após, foi discutida a readequação do Plano de Trabalho da OASIS e do Lar Fabiano de Cristo. Claudia Cristina relatou que a readequação da OASIS refere-se a inclusão de dois itens do plano de Trabalho de 2008, quais sejam: recursos humanos e despesa com combustível.No que tange o Lar Fabiano de Cristo, a readequação diz respeito à correção do valor total do convênio que é de R\$ 6.352,00 (Seis mil trezentos e cinqüenta e dois reais) e não de R\$ 5.720,00 (Cinco mil setecentos e vinte reais). Em regime de votação, houve aprovação por unanimidade da readequação do plano de trabalho das entidades em questão. O item 5.3 dos informes – parecer dos conselheiros sobre o encontro da VII COMASU ficou para ser discutido na próxima plenária, tendo em vista que o conselheiro Antonio Eustáquio, que participou do encontro na capital mineira, teve que se

ausentar. Sra. Maria Thereza relembra que ficaram suspensas as discussões sobre o Conselho AFRO e o Banco de Alimentos. Eide sugeriu que seja chamado também um representante do Conselho de Educação para participar da plenária juntamente com o CONSEA. A Secretária Executiva do CMAS irá preparar um calendário novo das plenárias, o que será enviado com a senha dos conselheiros por e-mail. Nada mais havendo a relatar, a reunião foi encerrada as 16:50 sendo a presente ata lavrada por mim Cristiana da Silva, que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes. Em tempo: no assunto que se refere a inscrição do Conselho AFRO, o recurso disponibilizado pelo Deputado Paulo Piau, é advindo do Ministério dos Esportes e não Transportes, citados na pagina 190. Outra questão refere-se à Comissão do Banco de Alimentos, faltando incluir dois Conselheiros, Neusa e Claiton. A ata foi lida e aprovada por unanimidade com quorum suficiente e será assinada por todos. Maria Thereza Rodrigues da Cunha, Marlene Aparecida Zanqueta Alvarez, Luis Guilherme Gomes Ocellana Hurtado, Cristiana da Silva, Maria Helena Zuliani, Romilda Quintina Barbosa, Sandro Roberto Rocha, Claiton Antônio Alves, Claricinda Regina Massa e Borges, Antônio Eustáquio Pereira, Mariângela Camargos, Andréia Cristina Rodrigues, Mônica Beatriz Ventura de Menezes, Neusa Maria Kople Wenceslau, Dalvo Jose de Souza.